



O Ensino do Jornalismo - Um desafio para as universidades e para os jornalistas

Journalism Teaching - Challenges for universities and journalists

https://doi.org/10.14195/2183-6019_3_6

Resumo

O presente artigo tem por base uma comunicação apresentada na mesa redonda “Ensino e Planos de Estudo”, realizada no decorrer do Congresso “Ensino do Jornalismo no Século XXI”, que teve lugar na Universidade de Coimbra em dezembro de 2014. O texto debate a relação dos jornalistas com o ensino do jornalismo, defendendo não ter sido ainda ultrapassada a clivagem que, durante diversas décadas, opôs os defensores do ensino da profissão aos que advogavam tratar-se de uma atividade que devia ser aprendida na prática. O artigo discute ainda algumas das consequências da baixa taxa de profissionalização do jornalismo bem como as alterações verificadas nas últimas décadas no posicionamento epistemológico das formações superiores nesta área, que no presente tendem a posicionar-se mais próximas das ciências sociais do que das humanidades, fruto de uma forte influência da pesquisa administrativa e do modelo de ensino americanos.

Palavras-chave: Ensino do Jornalismo, Estado Novo, Jornalistas, modelo americano de jornalismo, pesquisa administrativa.

Abstract

This article is based on a paper delivered at a round table on “Journalism Teaching and Curricula” held during the Congress “Journalism Education in the XXI Century” that took place at the University of Coimbra in December 2014. It debates the relationship between journalists and journalism education, advocating that there is still a need to overcome the traditional opposition between those who consider journalism as a profession that can be taught and those who foresee it as an activity to be learned on the job. The article also discusses some of the consequences of the low level of journalism professionalization and the changes in the epistemological positioning of higher education training in this field. The strong influence of the administrative research and of the American education model has led journalism teaching to position itself closer to social sciences than the humanities.

Keywords: Journalism teaching; Estado Novo, journalists; american model of journalism teaching; administrative research.

Introdução

À semelhança do que sucedeu noutros países europeus, em Portugal o debate sobre o ensino do jornalismo iniciou-se no final do século XIX, tendo, contudo, mediado mais de meio século entre o início desta discussão e o surgimento da primeira formação de nível superior em jornalismo. Tal ficou a dever-se, em parte, aos constrangimentos impostos pelo Estado Novo aos vários projetos de ensino, mais ou menos consistentes, que foram sendo esboçados durante os anos da ditadura. Por outro lado, o assunto esteve longe de ser consensual entre os próprios jornalistas, o que também dificultou a afirmação de uma oferta formativa em Portugal.

Com o intuito de entrar na discussão que então se travava sobre a criação de uma escola de jornalismo em Portugal, em 1936, João Paulo Freire publicou a obra *Escolas de Jornalismo. Temas Profissionais*, na qual defendeu a importância da formação para quem pretendia desenvolver uma atividade profissional na redação: “Eu sei que o verdadeiro jornalista não *se faz*. Nasce feito. Mas o que eu sei também é que

essa espontaneidade exuberante se fortaleceria se a educassem convenientemente” (Freire, 1936: 19). Embora partindo da ideia de que as qualidades fundamentais para se ser jornalista eram inatas, João Paulo Freire exortava os seus colegas de ofício a reconhecer que poderiam desempenhar melhor as suas funções se recebessem formação em áreas tão diversas como a política, a economia e a escrita jornalística.

Oitenta anos volvidos sobre a publicação do livro a que aludimos anteriormente, o ensino do jornalismo continua a ser marcado pela existência de visões diferentes sobre o que deve ser exigido a quem pretende ingressar numa redação, subsistindo ainda laivos da discussão sobre as competências inatas versus as que podem ser aprendidas. Um dos sinais mais visíveis da incapacidade de se produzir um consenso sobre o perfil a exigir a quem se inicia na profissão é o facto de ainda hoje o ensino do jornalismo continuar a ser olhado com desconfiança por muitos dos que trabalham nas redações, levando a que as esferas da academia e do jornalismo nem sempre se encontrem.

Se é verdade que o jornalismo muito tem a ganhar com um maior contacto com a investigação e a reflexão produzida pela academia, também esta pode beneficiar com um melhor conhecimento sobre as práticas profissionais quotidianas, nomeadamente sobre as novas formas de pressão e as alterações das regras impostas à produção jornalística em sequência dos processos de digitalização e de *downsizing* das redações ocorridos nas últimas décadas (Peters e Broersma, 2013). Não obstante o número crescente de estudos sobre a produção jornalística, a realidade atual parece estar ainda longe de uma real cooperação entre as esferas da academia e do jornalismo. Pelo contrário, em muitos aspetos, estamos perante o que Barbie Zelizer (2004) designou de dois universos paralelos, que, em muitos casos, se ignoram. Uma das maiores evidências disso mesmo é o facto de o pouco debate existente nos *media* sobre o jornalismo ser habitualmente realizado pelos próprios jornalistas ou por investigadores de diferentes áreas que não o jornalismo ou as ciências da comunicação. Do mesmo modo, também nas discussões académicas

nem sempre é considerado oportuno ouvir os jornalistas e conhecer a forma como estes percebem a sua própria atuação e lhe dão sentido. Existem, obviamente, exceções mas, ainda assim, as ações que têm aproximado a academia e o jornalismo acabam por não conseguir superar uma certa desconfiança que subjaz à relação entre ambos. Não sendo exclusivo do caso português, também no panorama nacional há muito que se discute o fosso entre académicos e profissionais (*vide* Pinto, 2004), na certeza de que esta é uma realidade que não contribui para melhorar o estatuto do jornalismo.

Os Jornalistas e o Ensino do Jornalismo em Portugal

A ausência de um maior interesse dos jornalistas para com a investigação e o ensino do jornalismo parece estar intimamente relacionada com uma questão ainda não resolvida sobre a própria natureza do jornalismo: afinal este é um ofício ou uma profissão? Embora Fernando Correia e Carla Baptista tenham publicado, em 2007, um trabalho do maior interesse intitulado *Jornalistas: do Ofício à Profissão*,

no qual descrevem a longa luta pelo aparecimento dos primeiros cursos de jornalismo em Portugal, a verdade é que, ainda hoje, a classe jornalística divide-se sobre qual deve ser o grau de educação exigido para se aceder às redações. Tendo em conta que existe uma relação direta entre o nível de profissionalização e a especificidade da formação exigida para se ingressar numa atividade, esta é uma questão central para se entender o próprio estatuto dos jornalistas.

De acordo com Philip Gaunt, a formação exigida para se aceder a uma determinada atividade é o que distingue um ofício de uma profissão. Ainda que possa existir alguma inovação na execução das várias tarefas, num ofício assiste-se sobretudo a uma “perpetuação das práticas profissionais” (Gaunt, 1992, p. 1), pelo que apenas se exige vocação e capacidade de aprendizagem no terreno. Pelo contrário, o ingresso numa profissão pressupõe que os indivíduos tenham formação específica e que sejam conhecedores dos códigos de atuação dessas atividades profissionais. No caso do jornalismo, a dúvida sobre se estamos perante um ofício ou uma profissão é o que,

na opinião de Beate Josephi, explica “a falta de confiança existente entre a academia e a indústria que mostra poucos sinais de estar a aliviar” (2010, p. 47). Antes pelo contrário, continua a existir uma tensão latente entre os académicos, que reclamam para si a definição de um conjunto de conhecimentos que consideram basilares para a prática profissional, e uma parte da classe jornalística que tende a valorizar a aprendizagem *on the job* (ou na tarimba, como habitualmente se designa na gíria jornalística).

Esta desarticulação acaba por ter um reflexo direto na construção dos *curricula* dos cursos, na medida em que existe a necessidade de inserir disciplinas teóricas (do universo do jornalismo e da comunicação, mas também de áreas tão diversas como a economia, a história e a política) e disciplinas práticas que tenham uma ligação direta com o exercício profissional nas redações. A convivência destas unidades curriculares nem sempre se revela pacífica, fruto das diferentes visões sobre o que os futuros jornalistas devem aprender durante a sua formação, havendo nos diversos cursos opções diferentes quanto

ao peso das disciplinas dedicadas ao desenvolvimento de um pensamento crítico por contraponto com as que visam a aprendizagem de competências técnicas.

Longe de ser uma discussão nova, as raízes deste debate podem ser encontradas no período fundacional da imprensa comercial de massas. Em 1898, no 5º Congresso Internacional de Imprensa, que decorreu em Lisboa, um dos principais temas de discussão foi exatamente se o jornalismo deveria ser encarado como um ofício (no qual se pede uma execução rotineira de um conjunto de tarefas) ou uma profissão (que exige dos seus membros a capacidade de repensar e regular a sua própria atuação). Foi neste fórum que o jornalista francês Albert Bataille defendeu a importância da formação específica para o exercício do jornalismo de modo a permitir aos que entravam nas redações responder de modo eficaz ao crescente interesse social por informação (Freire, 1932, p. 10). Posteriormente, em 1932, João Paulo Freire escreveu uma série de artigos na imprensa a discutir a possibilidade de criação de uma escola de jornalismo.

Embora tenha concluído que era algo indispensável, para ele, ser jornalista era sobretudo uma questão de vocação pelo que a escola serviria para oferecer conhecimentos aprofundados em matérias como política, desporto e religião. Deste modo, recusava o modelo americano e a ideia de que a “arte” de relatar notícias era algo que poderia ser ensinado (Freire, 1936).

O pensamento de João Paulo Freire ilustra bem como, mesmo entre os defensores da criação de uma escola de jornalismo, a ideia prevalecente era a de que a sua frequência não devia ser considerada indispensável para se aceder às redações. Consequentemente, não constitui uma surpresa que as primeiras tentativas de criação de uma escola dedicada ao jornalismo tenham falhado em Portugal, nomeadamente os projetos propostos nos anos 20 e 40 (Sobreira, 2003), levando a que jornalistas portugueses tivessem procurado formação na *Escuela Oficial de Periodismo* em Madrid. Foi o caso de Luís Quadros que, após receber um convite das autoridades espanholas, se matriculou, em 1944, na escola madrilena (Quadros, 1949), passando posteriormente a ser um defensor da

criação de uma instituição semelhante em Portugal (Ribeiro, 2015).

Não obstante a proximidade ideológica dos dois ditadores ibéricos, ao contrário de Franco, que havia incentivado a criação da *Escuela Oficial* em 1941, Salazar nunca mostrou interesse na fundação de um curso dedicado à formação dos profissionais da informação. Deste modo, as várias iniciativas neste âmbito foram lideradas, não pelo Estado, mas pelo Sindicato dos Jornalistas embora a visão da classe sobre este tema nunca tivesse sido consensual. Durante os anos da ditadura, enquanto uma facção da classe jornalística pugnava pela criação de uma escola, eram também muitos os que defendiam que o jornalismo era um ofício que se aprendia nas redações. O Sindicato esteve dominado sobretudo por partidários da importância da formação que, tal como descrito por Rosa Sobreira (2003) e Fernando Correia e Carla Baptista (2007), lutaram afincadamente pelo aparecimento de uma escola dedicada ao jornalismo numa instituição de ensino superior. Tal era considerando como um projeto de grande importância para incrementar o estatuto simbólico da profissão,

*Se é verdade
que, no século
XXI, passou a ser
quase impossível
aceder às redações
dos países
ocidentais sem
uma licenciatura,
a formação na
área raramente é
considerada uma
condição sine qua
non para ingresso
no jornalismo*

e, conseqüentemente, dos próprios jornalistas. Foi assim que nasceu, em 1971, a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, fruto de uma aliança entre o Sindicato e os donos das empresas de *media* que asseguravam o financiamento do projeto.

Este envolvimento do Sindicato dos Jornalistas contrastava com o desinteresse que a classe como um todo haveria de manifestar em relação ao ensino do jornalismo após a criação da primeira licenciatura em Comunicação Social, na Universidade Nova de Lisboa. O plano de estudos então desenhado não correspondeu às expectativas dos jornalistas que consideraram que o mesmo simbolizava o desprezo da academia pela prática profissional ao valorizar sobretudo a formação teórica (Renato, 2012). Esta é, aliás, uma crítica que não pertence apenas ao passado na medida em que o afastamento entre a academia e os jornalistas é algo que se verifica, ainda hoje, em muitos outros países europeus. Se é verdade que, no século XXI, passou a ser quase impossível aceder às redações dos países ocidentais sem uma licenciatura, a formação na área raramente é considerada uma

condição *sine qua non* para ingresso no jornalismo. Tal representa um desafio acrescido para as escolas que oferecem formações na área, pois os seus alunos têm de competir num mercado aberto. Por outro lado, esta situação representa também um risco para a própria classe pois a sua fraca profissionalização, que advém da sua incapacidade de definir as normas que devem regular a sua própria atuação, contribui para uma baixa autonomia profissional, levando a que as regras de funcionamento do jornalismo sejam ditadas sobretudo pelo mercado e pelos órgãos de gestão das empresas de *media*. Estes, na maioria das vezes, tomam decisões que visam dar resposta às contingências que as empresas enfrentam num determinado momento, ignorando o importante papel desempenhado pelo jornalismo como pilar da democracia.

Não obstante a definição do conceito de profissionalização não ser consensual, existe uma clara relação entre o grau de profissionalismo atribuído a uma ocupação e o nível de conhecimentos e de formação superior exigidos para ingresso nessa atividade. Neste sentido,

defender a existência de formação específica para os jornalistas é simultaneamente defender uma maior autonomia da classe e a existência de normas profissionais que sejam partilhadas por aqueles que exercem o jornalismo. Simultaneamente, na linha de Pierre Bourdieu (1993), podemos considerar que uma maior autonomia profissional do campo jornalístico trará um maior estatuto simbólico para os ‘agentes’ que se posicionam nesta esfera de ação. Aliás, foi exatamente com o intuito de incrementar o estatuto social do jornalismo e dos jornalistas que Joseph Pulitzer investiu na criação da *Columbia School of Journalism* (Boylan, 2003). Era sua convicção que a formação especializada permitiria aos jornalistas reivindicarem um estatuto diferenciado, tal como acontece com as profissões reconhecidas como tal e cujo acesso é limitado àqueles que possuem uma formação específica. Neste sentido, o debate sobre o ensino do jornalismo é algo que, longe de interessar apenas à academia, interessa também aos jornalistas e aos seus representantes.

A Ascensão dos Licenciados nas Redações

Na esmagadora maioria dos países não é hoje obrigatório qualquer tipo de estudos de nível superior para se aceder ao jornalismo, permanecendo o acesso aberto a todos os que pretendam ingressar numa redação. Ainda que na Europa as únicas exceções sejam a Itália e a Grécia, nas quais existe uma regulação da entrada na profissão (Stephenson, 2009), tal não tem evitado que, nas últimas décadas, em toda a Europa, se tivesse assistido a um crescimento exponencial da oferta formativa nas áreas da comunicação e do jornalismo. Portugal não foge à regra e, após a criação da primeira licenciatura, em 1979, houve uma explosão da oferta de cursos em ciências da comunicação. Só entre o final dos anos 80 e meados anos 90 foram criados mais de dez novas licenciaturas em universidades, públicas e privadas, e também em escolas politécnicas (Mesquita e Ponte, 1997), tendo o número de formações continuado a aumentar na primeira década do século XXI (Marinho, 2015).

A par do crescimento da oferta formativa, nos últimos anos tem-se assistido a um crescimento da percentagem de licenciados (e mestres) nas redações e, entre estes, os que obtiveram um diploma em jornalismo ou comunicação e *media* têm também vindo a ganhar terreno. No caso americano, no início da década de 90, 82% dos jornalistas eram licenciados (Deuze, 1992), um valor que subiu para 92,1% em 2013 (Willnat e Weaver, 2014). Destes, mais de metade (51,8%) têm formação nas áreas do jornalismo ou da comunicação. No Reino Unido a percentagem de licenciados ou pós-graduados na área é ainda maior, representando 63% dos jornalistas no ativo em 2012 (National Council for the Training of Journalists, 2013, p. 8). Isto num país onde os *media studies* têm sido fortemente atacados nos últimos anos, o que James Curran (2013) considera ser fruto da ignorância sobre o que os alunos aprendem ao longo dos cursos. Também em Portugal, a percentagem de jornalistas habilitados com grau de licenciatura é significativa sobretudo entre as gerações mais novas, chegando a 71,3% entre os nascidos após 1975 (Rebelo,

2014). Embora não seja conhecidos dados sobre quantos jornalistas são diplomados em jornalismo e comunicação, um trabalho de investigação de Pedro Coelho (2015) concluiu que “os grupos de media estão a fazer depender as admissões para estágios da conclusão de uma licenciatura na área e, o eventual recrutamento, que possa resultar de um estágio bem-sucedido, já é, pois, resultado da obtenção do diploma”.

Apesar da lenta afirmação das formações nesta área, tanto no interior da academia, como junto da indústria, a tendência atual parece ser claramente a de os licenciados e mestres em jornalismo e comunicação serem maioritários nas redações, o que aumenta o grau de responsabilidade das universidades que, no desenho dos seus planos de estudo, continuam a procurar o melhor equilíbrio entre a teoria e a prática. Se este equilíbrio foi sempre algo bastante complexo de alcançar, hoje afigura-se ainda mais difícil, fruto da redução de recursos humanos nas redações, que tem levado a uma menor especialização do trabalho jornalístico. Tal significa que um jovem licenciado ou mestre, quando

entra numa redação, deve conseguir escrever sobre temas tão distintos como economia, política, justiça, cultura, religião, etc. sem ter tempo nem possibilidade de se especializar em nenhum deles. É, pois, um desafio complexo e exigente formar jovens que consigam ser simultaneamente ‘especialistas’ em todas as áreas sem que tenham a possibilidade de se especializar em nenhuma delas.

Um problema não muito distinto coloca-se com as disciplinas práticas. Afinal, o que deve um estudante de jornalismo aprender? Esta dúvida tem levado, nos últimos anos, à profusão de unidades curriculares que pretendem ensinar aos estudantes edição de vídeo mas também edição de áudio, tratamento de imagem, infografia, *webdesign* e fotografia digital, só para dar alguns exemplos. Tal pode significar que, ao invés do ensino do jornalismo incorporar a utilização das diferentes tecnologias disponíveis num determinado momento, são as próprias competências de utilização de *softwares* que assumem um lugar central em substituição de disciplinas como escrita ou géneros jornalísticos. Tal parece-nos uma situação potencialmente

problemática na medida em que pode significar que as universidades estão a formar alunos excelentes a lidar com as mais variadas tecnologias mas que revelam fragilidades em conseguir redigir um texto, em analisar a realidade e em contar uma notícia de forma simples e eficaz.

O Impacto do Modelo Americano na Construção dos Planos de Estudo

O facto de hoje em dia os *curricula* dos cursos serem preenchidos por um misto de cadeiras teóricas e práticas, além de ser o resultado de uma necessidade de valorizar as práticas profissionais, é também uma consequência da influência do modelo americano que até à segunda metade do século XX se opunha ao modelo europeu (e sobretudo alemão), que claramente rejeitava o ensino de competências práticas na universidade. Para esta imposição do modelo americano, a nível global, contribuiu o enorme investimento realizado pelas universidades norte-americanas na alocação de recursos aos estudos de

comunicação, centrados na pesquisa administrativa. Tal levou à criação de inúmeros programas de doutoramento frequentados “não apenas por académicos americanos mas por inúmeros assistentes universitários provenientes de países como o Japão, a Alemanha e a Coreia do Sul” (Curran, 2013).

Embora, no caso português, João Paulo Freire tivesse escrito em 1936 que a formação das escolas americanas não devia merecer sequer um minuto de atenção (Freire, 1936, p. 29), a verdade é que o modelo de ensino oferecido nos Estados Unidos disseminou-se pela Europa, levando a que as formações superiores na área incluam disciplinas práticas a par de unidades curriculares de cultura geral e de outras centradas no estudo da comunicação. Paralelamente, o modelo americano trouxe também alterações ao próprio posicionamento epistemológico dos estudos de jornalismo na Europa, que nas primeiras décadas estavam muito mais enraizados nas humanidades do que nas ciências sociais, dando grande destaque à análise da cultura popular, na tradição dos estudos literários (Curran, 2013). A

O objetivo primordial do jornalismo continua a ser formar pessoas capazes de refletir sobre a realidade na qual atuam, que sejam capazes de transmitir mensagens de forma clara e concisa e que tenham igualmente a capacidade de produzir conteúdos persuasivos

influência norte-americana, e em particular do paradigma da pesquisa administrativa, tem, contudo, levado a uma mutuação da maioria dos cursos que passaram a estar muito mais próximos das ciências sociais do que das humanidades. Tal é algo que deverá certamente merecer reflexão, nomeadamente sobre o seu impacto na formação que está a ser ministrada às futuras gerações de jornalistas. É que, não obstante todas as alterações tecnológicas, o objetivo primordial do jornalismo continua a ser formar pessoas capazes de refletir sobre a realidade na qual atuam, que sejam capazes de transmitir mensagens de forma clara e concisa e que tenham igualmente a capacidade de produzir conteúdos persuasivos de modo a captar a atenção dos públicos contemporâneos que vivem num ecossistema marcado pelo excesso de informação. De modo a conseguir cumprir o seu papel de formar novas gerações competentes de jornalistas, a universidade deve preservar a sua “abordagem crítica e autónoma” do jornalismo, o que implica manter “um olhar que deve ser próximo, mas também distanciado” (Pinto, 2015).

Do ponto de vista dos planos de estudos, independentemente de uns cursos poderem ter um pendor mais de humanidades ou ciências sociais, o maior desafio parece estar na articulação dos três tipos de cadeiras que hoje em dia preenchem as licenciaturas e até mesmo os mestrados que visam formar jornalistas: disciplinas sobre a comunicação e o jornalismo, disciplinas práticas e disciplinas que fornecem uma panorâmica sobre o saber de outras áreas de estudo indispensáveis para se compreender a sociedade contemporânea. Conseguir tudo isto em formações de apenas três anos, no caso das licenciaturas, é algo ambicioso e que deve merecer a reflexão tanto de académicos como dos próprios jornalistas que muito têm a ganhar com um maior nível de profissionalização, com o estabelecimento de regras e práticas de atuação que sejam menos permeáveis a alterações ditadas pelo mercado. Ainda que Pedro Coelho considere que “o mercado só pôde conquistar a supremacia por demissão da academia”, parece-nos que para tal também contribuiu o facto de os dois universos paralelos apontados por Barbie Zelizer (2004) – academia

e jornalismo – continuaram a apenas se encontrar em raras ocasiões. Uma aproximação entre estas duas esferas poderá certamente contribuir para que o jornalismo caminhe em direção a uma profissão, incrementando deste modo a sua capacidade de resistência aos ímpetos do mercado.

Bibliografia

- Barrera, C.. (2012). Transatlantic View on Journalism Education Before and After World War II. Two Separate Worlds?. *Journalism Studies*, 13 (4): 534–549.
- Bourdieu, P. (1993). *The Field of Cultural Production*. Cambridge: Polity.
- Boylan, J. (2003). *Pulitzer’s School: Columbia University’s School of Journalism 1903-2003*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- COELHO, P. (2015). *Jornalismo e Mercado. Os Novos Desafios colocados à Formação*. Covilhã: Labcom.
- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956 – 1968)*. Lisboa: Caminho.
- Curran, J. (2013). Defending Media Studies. In MeCCSA Conference, em Derry. Acedido em 19 de junho de 2016, em <http://cmr.ulster.ac.uk/wp-content/uploads/2013/01/Defending-Media-Studies.pdf>
- Deuze, M. (2002). National news cultures: A comparison of Dutch, German, British, Australian, and U.S. journalists. *Journalism & Mass Communication Quarterly* 79 (1), 134-149.
- Freire, J. P. (1936). *Escolas de Jornalismo. Temas Profissionais*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Gaunt, P. (1992). *Making the Newsmakers: International Handbook on Journalism Training*. Westport: Greenwood Press.
- Joseph, B. (2009). Journalism Education. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch, (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies*. Nova Iorque: Routledge, 42-56.
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e Formação em Mudança. Modelos e Construções na Análise do Caso Português*. Braga: CECS.
- Mendes, R. (2012). *Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)*. Lisboa: Escritório.

- Mesquita, M. & Ponte, C. (1997). Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo. Acedido a 14 de junho de 2016, em http://bocc.unisinis.br/pag/_texto.php?html2=mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html
- National Council for the Training of Journalists (2013). *Journalists at Work. Their views on training, recruitment and conditions*. Essex: NCTJ.
- Peters, C. & Broersma, M. (2013). Rethinking Journalism: the structural transformation of a public good. In M. Broersma e C. Peters (eds.), *Rethinking Journalism: Trust and Participation in a Transformed News Landscape*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1-12.
- Pinto, M. (2015). Formação em Jornalismo: o Essencial e o Acessório. In S. Marinho, *Jornalismo e Formação em Mudança. Modelos e Construções na Análise do Caso Português*. Braga: CECS.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: Crise de Crescimento e Notas Programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5, 49-62.
- Quadros, L. (1949). *Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal*. Lisboa: s/e.
- Rebelo, J. (2014). Apresentação. In J. Rebelo (Ed.), *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais, 1-7.
- Ribeiro, N. (2015). Communication studies on the iberian peninsula: a comparative analysis of the field's development in portugal and spain. In D. W. Park e P. Simonson (Eds.), *The International History of Communication Study*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 145-161.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses, 1933-1974. Uma Profissão em Construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Stephenson, H. (2009). Foreword. In G. Terzis (Ed.), *European Journalism Education*. Bristol: Intellect, 13-15.
- Willnat, L. & Weaver, D. H. (2014). *The American Journalist in the Digital Age. Key Findings*. Bloomington: Indiana University.
- Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously. News and the Academy*. Thousand Oaks, Londres e Nova Delhi: Sage.

